



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE ALVES

Conforme Lei Municipal nº 1778, de 11 de Fevereiro de 2016

www.presidentealves.sp.gov.br

Terça-feira, 29 de Janeiro de 2019

Ano III | Edição nº 364

Página 1 de 15

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de PRESIDENTE ALVES, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de PRESIDENTE ALVES poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.presidentealves.sp.gov.br

Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.diariooficiaeletronico.jor.br/presidente_alves

As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de PRESIDENTE ALVES

CNPJ 44.555.688/0001-41

Rua Vereador Luiz Michelan Filho, nº 73 – Centro - Telefone: (14) 3587-1271

Site: www.presidentealves.sp.gov.br

Email: secretaria@presidentealves.sp.gov.br

Site do Diário Oficial Eletrônico: www.diariooficiaeletronico.jor.br/presidente_alves

Câmara Municipal de PRESIDENTE ALVES

Rua Messias Tomaz de Paiva nº 35 – Jd. Colina do Sol

Telefone: (14) 3587-1247 – (14) 3587-1457

Site: www.cmpresidentealves.sp.gov.br

Email: camara@cmpresidentealves.sp.gov.br

SUMÁRIO

<u>ENTIDADES</u>	<u>PAG.</u>
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	15 DE 15



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de PRESIDENTE ALVES garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.presidentealves.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.presidentealves.sp.gov.br.





DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE ALVES

Terça-feira, 29 de Janeiro de 2019

Ano III | Edição nº 363

Página 2 de 15

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

ATOS OFICIAIS

LEI Nº 1.856, DE 24 DE JANEIRO DE 2019

“Dispõe sobre a Revisão Geral Anual dos Salários pagos pela Prefeitura Municipal de Presidente Alves e dá outras providências”.

VALDEIR DOS REIS, Prefeito Municipal de Presidente Alves, Comarca de Pirajuí, Estado de São Paulo, etc., no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei; FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedida a Revisão Geral Anual de 3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento), a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme índice IPCA/IBGE, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, sobre os salários dos servidores públicos municipal, bem como sobre os proventos de aposentadoria e pensões pagos aos inativos e pensionistas, com fundamento jurídico no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, excetuando-se as categorias reajustadas com piso nacional, como os Professores, Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias.

§1º - Para atendimento do piso salarial profissional nacional previsto para os profissionais do magistério público da educação básica, de que trata a Lei Federal n.º 11.738/2008, que de acordo com o Ministério da Educação, a partir de 1º de janeiro de 2019, passa a corresponder ao valor de R\$ 2.557,74; sem prejuízo da revisão de que trata o *caput* deste artigo, fica acrescido ao salário do emprego municipal de Professores PEB I, Padrão E-1, o valor de R\$ 10,31 (dez reais e trinta e um centavos).

§2º - Para atendimento do piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, de que trata a Lei Federal n.º 11.350/2006 e suas posteriores alterações, que fixou o seguinte escalonamento: R\$ 1.250,00 em 1º de janeiro de 2019; R\$ 1.400,00 em 1º de janeiro de 2020; e 1.550,00 em 1º de janeiro de 2021; sem prejuízo da revisão de que trata o *caput* deste artigo, fica acrescido ao salário dos citados empregos municipais, Padrão S-1, o valor de R\$ 197,97 (cento e noventa e sete reais e noventa e sete centavos).

Art. 3º - Aplicada a revisão de que trata o art. 1º, eventuais remunerações de servidores que não atingirem o valor do salário mínimo nacional fixado pelo Decreto nº 9.661, de 1º de janeiro de 2019, serão complementados até o valor do salário mínimo vigente a partir de 1º/01/2019, no valor de R\$ 998,00 (Novecentos e noventa e oito reais).

§ 1º - A complementação pecuniária de que trata o *caput* deste artigo será lançada no holerite a título de “Complementação do Valor do Salário Mínimo”.

§ 2º - Não haverá incorporação do valor complementar à remuneração, devendo o mesmo cessar assim que a remuneração respectiva vier a ser atualizada para valor igual ou superior ao salário mínimo vigente.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Essa Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL GERALDO CARVALHO LOPES

Presidente Alves, 24 de Janeiro de 2019.

a.a

VALDEIR DOS REIS
Prefeito Municipal

Registrado na DATA SUPRA

a.a

SÉRGIO CÉLIS DA FONSECA
Secretário Municipal



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE ALVES

Terça-feira, 29 de Janeiro de 2019

Ano III | Edição nº 363

Página 3 de 15

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

ATOS OFICIAIS

LEI Nº 1.857, DE 24 DE JANEIRO DE 2019

“Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico, instrumento da Política Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências”.

VALDEIR DOS REIS, Prefeito Municipal de Presidente Alves, Comarca de Pirajuí, Estado de São Paulo, etc., no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei; FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico, instrumento da Política Municipal de Saneamento Básico do Município de Presidente Alves, dispondo sobre seus princípios, diretrizes e objetivos, para fornecer ao Poder Público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas neste sentido.

Art. 2º. O Plano Municipal de Saneamento Básico, instrumento da Política Municipal de Saneamento Básico do Município de Presidente Alves, será executado de acordo com o instrumento técnico anexo, ora integrante da presente Lei, respeitada a legislação Federal e Estadual em vigor.

Art. 3º. Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Presidente Alves tem por objetivo geral o estabelecimento de ações para a Universalização do Saneamento Básico, através da ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados no município de Presidente Alves.

Art. 4º. Para efeitos desta Lei, consideram-se saneamento básico as estruturas e serviços dos seguintes sistemas:

- I. Abastecimento de Água;
- II. Esgotamento Sanitário;
- III. Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais e
- VI. Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos.

Art. 5º. Por se tratar de instrumento dinâmico, o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Presidente Alves deverá respeitar o que determina a Lei Federal e Estadual, que estabelece a Política de Saneamento, devendo ser alvo de contínuo estudo, desenvolvimento, ampliação e aperfeiçoamento.

§ 1º. O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Presidente Alves à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

§ 2º. A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Presidente Alves deverá ser elaborada em articulação com os prestadores dos serviços correlatos e estar em compatibilidade com as diretrizes, metas e objetivos:

- I - das Políticas Municipais e Estaduais de Saneamento Básico, de Saúde Pública e de Meio Ambiente;
- II - dos Planos Municipais e Estaduais de Saneamento Básico e de Recursos Hídricos.

§ 3º. A revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Presidente Alves deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que o Município de Presidente Alves estiver inserido, se houver.

Art. 6º. A gestão dos serviços de saneamento básico terão como instrumentos básicos os programas e projetos específicos nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de águas pluviais, limpeza pública e manejo de resíduos sólidos tendo como meta a universalização dos serviços de saneamento e o perfeito controle dos efeitos ambientais.

Art. 7º. As prestações dos serviços públicos de saneamento são de responsabilidade do Executivo Municipal, independente da contratação de terceiros, de direito público ou privado, para execução de uma ou mais dessas atividades.

§ 1º. Os executores das atividades mencionadas no caput deverão contar com os respectivos licenciamentos ambientais cabíveis.

§ 2º. A administração municipal, quando contratada nos termos desse artigo, submeter-se-á às mesmas regras aplicáveis nos demais casos.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE ALVES

Terça-feira, 29 de Janeiro de 2019

Ano III | Edição nº 363

Página 4 de 15

Art. 8º. Sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, às infrações ao disposto nessa Lei e seus instrumentos acarretarão a aplicação das seguintes penalidades, garantida a ampla defesa e o contraditório:

I - advertência, com prazo para a regularização da situação;

II – multa simples ou diária;

III - interdição.

Parágrafo único. Em caso de infração continuada, poderá ser aplicada multa diária.

Art. 9º. Os Programas, Projetos e outras ações do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Presidente Alves deverão ser regulamentados por Decretos do Poder Executivo, na medida em que forem criados, inclusive especificando as dotações orçamentárias a serem aplicadas.

Art. 10. Nos casos omissos, deverão prevalecer a Lei Federal 11.447/07 e o Decreto Regulamentador 7.217/10.

Art. 11. Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL GERALDO CARVALHO LOPES

Presidente Alves, 24 de Janeiro de 2019

a.a

VALDEIR DOS REIS
Prefeito Municipal

Registrado na DATA SUPRA

a.a

SÉRGIO CÉLIS DA FONSECA
Secretário Municipal



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE ALVES

Terça-feira, 29 de Janeiro de 2019

Ano III | Edição nº 363

Página 5 de 15

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

CONTABILIDADE

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Executivo Municipal de Presidente Alves, Estado de São Paulo, participa e convida as Entidades de Classes e Associações Civas Comunitárias e Múncipes em geral, para audiência pública que nos termos do artigo 9º, parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal nº. 101 de 04 de maio de 2000, será realizada no dia 31 de Janeiro de 2019, tendo como local “Paço Municipal Geraldo Carvalho Lopes”, Sito à Rua: Vereador Luiz Michelan Filho73, com inicio às 16:30, que terá a seguinte pauta de trabalho:

- Avaliação do cumprimento das metas fiscais; referente ao 3º Quadrimestre de 2018, junto à comissão de finanças.

Presidente Alves, 28 de Janeiro de 2019.

a.a

Valdeir dos Reis
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE ALVES

Terça-feira, 29 de Janeiro de 2019

Ano III | Edição nº 363

Página 6 de 15

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

CONTABILIDADE

RREO – 6º BIMESTRE/2018

PREFEITURA MUNICIP PRESIDENTE ALVES

ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2018 / BIMESTRE Novembro - Dezembro

Page 1 of 4

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)

R\$ 1

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(c) = (b/a)x100 (%)
1. RECEITAS DE IMPOSTOS	618.000,00	618.000,00	727.710,70	117,75
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	131.000,00	131.000,00	91.055,51	69,51
1.1.1 - IPTU	87.000,00	87.000,00	63.830,81	73,37
1.1.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	44.000,00	44.000,00	27.224,70	61,87
1.2 - Receitas Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	200.000,00	200.000,00	90.889,49	45,44
1.2.1 - ITBI	200.000,00	200.000,00	90.889,49	45,44
1.2.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3 - Receitas Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	232.000,00	232.000,00	465.475,53	200,64
1.3.1 - ISS	220.000,00	220.000,00	458.611,59	208,46
1.3.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	12.000,00	12.000,00	8.863,94	57,20
1.4 - Receitas Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	55.000,00	55.000,00	80.290,17	145,98
1.5 - Receitas Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, 4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1 - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2. RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.910.000,00	13.910.000,00	13.753.758,15	99,58
2.1 - Cota-Parte FPM	8.650.000,00	8.650.000,00	8.344.417,44	96,58
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea b	8.000.000,00	8.000.000,00	7.671.289,30	95,89
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea d	330.000,00	330.000,00	332.418,35	100,73
2.1.3 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea e	330.000,00	330.000,00	340.711,79	103,25
2.2 - Cota-Parte ICMS	4.650.000,00	4.650.000,00	4.637.046,03	99,72
2.3 - ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	50.000,00	50.000,00	19.930,80	39,86
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	50.000,00	50.000,00	37.236,56	74,47
2.5 - Cota-Parte ITR	50.000,00	50.000,00	300.887,68	601,78
2.6 - Cota-Parte IPVA	450.000,00	450.000,00	414.239,64	92,05
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3. TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	14.528.000,00	14.528.000,00	14.481.468,85	99,68
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				
RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(c) = (b/a)x100 (%)
4. RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	6.000,00	6.000,00	3.178,63	52,98
5. RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1 - Transferências do Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4 - Transferências Diretas - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
6. RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	250.000,00	518.650,00	583.879,80	112,58
6.1 - Transferências de Convênios	250.000,00	518.650,00	583.879,80	112,58
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7. RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8. OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
9. TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS ADICIONAIS DO ENSINO (4+5+6+7+8)	256.000,00	524.650,00	587.058,43	111,90

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.391], PREFEITURA MUNICIPAL PRESIDENTE ALVES

Portaria Nº 495 de 2017



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE ALVES

Terça-feira, 29 de Janeiro de 2019

Ano III | Edição nº 363

Página 7 de 15

PREFEITURA MUNICIPAL PRESIDENTE ALVES

ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2018 / BIMESTRE Novembro - Dezembro

Page 2 of 4

R\$ 1

RREO - Anexo 8 (LDB, Art. 72)

FUNDEB							
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		(c)=(b/a)x100 (%)		
			Até o Bimestre (b)				
10 RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.650.000,00	2.650.000,00	2.616.124,97		98,72		
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.600.000,00	1.600.000,00	1.549.389,26		96,84		
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	930.000,00	930.000,00	912.412,32		98,11		
10.3 - ICMS - Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	10.000,00	10.000,00	3.985,16		39,86		
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	10.000,00	10.000,00	7.312,23		73,12		
10.5 - Cota-Parte ITR Destinada ao FUNDEB - (20% de (1.5 - 1.5.3) + 2.5))	10.000,00	10.000,00	60.177,31		601,77		
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	90.000,00	90.000,00	82.847,69		92,05		
11 RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	754.000,00	754.000,00	621.119,41		82,38		
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	750.000,00	750.000,00	620.721,04		82,76		
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00		0,00		
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	4.000,00	4.000,00	398,37		9,96		
12 DECRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-1.900.000,00	-1.900.000,00	-1.995.403,93		105,02		
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
13 PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	754.000,00	516.200,00	510.309,29	98,86	510.309,29	98,86	0,00
13.1 - Com Educação Infantil	754.000,00	516.200,00	510.309,29	98,86	510.309,29	98,86	0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 OUTRAS DESPESAS	457.000,00	137.032,40	110.810,12	80,86	110.810,12	80,86	0,00
14.1 - Com Educação Infantil	457.000,00	137.032,40	110.810,12	80,86	110.810,12	80,86	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15 TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	1.211.000,00	653.232,40	621.119,41	95,08	621.119,41	95,08	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							Valor
16 RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							0,00
16.1 - FUNDEB 60%							0,00
16.2 - FUNDEB 40%							0,00
17 DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18 TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							Valor
19 TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15-18)							621.119,41
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magisterio* ((13-(16.1+17.1))/(11)x100%)							82,16
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magisterio ((14-(16.2+17.2))/(11)x100%)							17,84
19.3 - Máxima de 5% não Aplicado no Exercício (100-(19.1+19.2))%							0,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE							Valor
20 RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2017 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2018							0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.391], PREFEITURA MUNICIPAL PRESIDENTE ALVES

Portaria Nº 495 de 2017



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE ALVES

Terça-feira, 29 de Janeiro de 2019

Ano III | Edição nº 363

Página 8 de 15

PREFEITURA MUNICIPAL PRESIDENTE ALVES

ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2018 / BIMESTRE Novembro - Dezembro

Page 3 of 4

R\$ 1

RREO - Anexo 8 (LDB, Art. 72)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
22 EDUCAÇÃO INFANTIL	1.615.000,00	1.584.085,01	1.519.095,41	95,90	1.519.095,41	95,90	0,00
22.1 Creche	1.123.000,00	630.082,27	604.547,67	95,95	604.547,67	95,95	0,00
22.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.024.000,00	521.116,32	498.274,02	95,62	498.274,02	95,62	0,00
22.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	99.000,00	108.965,95	106.273,65	97,53	106.273,65	97,53	0,00
22.2 Pré-escola	492.000,00	954.002,74	914.547,74	95,86	914.547,74	95,86	0,00
22.2.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	187.000,00	132.116,08	122.845,39	92,98	122.845,39	92,98	0,00
22.2.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	305.000,00	821.886,66	791.702,35	96,33	791.702,35	96,33	0,00
23 ENSINO FUNDAMENTAL	615.000,00	503.148,15	495.082,52	98,40	495.082,52	98,40	0,00
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	615.000,00	503.148,15	495.082,52	98,40	495.082,52	98,40	0,00
24 ENSINO MÉDIO	37.000,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25 ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26 ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27 OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28 TOTAL DESPESAS AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO (22+23+24+25+26+27)	2.267.000,00	2.087.433,16	2.014.177,93	96,49	2.014.177,93	96,49	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

Valor

29 RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-1.995.403,93
30 DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
31 DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
32 DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
33 RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*	0,00
34 CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45g)	0,00
35 TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+30+31+32+33+34+35)	-1.995.403,93
36 TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22+23)+36)	4.009.581,86
37 PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37)/(3h)x100)% - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	27,69

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
39 DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	115.000,00	125.000,00	108.845,28	87,08	108.845,28	87,08	0,00
41 DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42 DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	250.000,00	704.473,84	612.346,12	86,92	385.796,12	54,76	0,00
43 TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39+40+41+42)	365.000,00	829.473,84	721.191,40	86,95	494.641,40	59,63	0,00
44 TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28+43)	2.632.000,00	2.916.907,00	2.735.369,33	93,78	2.508.819,33	86,01	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.391], PREFEITURA MUNICIPAL PRESIDENTE ALVES

Portaria Nº 495 de 2017



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE ALVES

Terça-feira, 29 de Janeiro de 2019

Ano III | Edição nº 363

Página 9 de 15

PREFEITURA MUNICIPAL PRESIDENTE ALVES
ANEXO VIII
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2018 / BIMESTRE Novembro - Dezembro

Page 4 of 4

R\$ 1

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM <ANO> (g)
45 RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
45.1 - Executados com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
45.2 - Executados com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46 DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	992,40	24.108,25
47 (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	634.339,91	84.339,39
48 (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	617.233,57	108.318,28
48.1 - Orçamento do Exercício	617.233,57	108.318,28
48.2 - Restos a Pagar	0,00	0,00
49 (+) RECEITAS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	398,37	199,87
50 (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	18.497,11	327,23
51 (+) Ajustes	100.346,63	0,00
51.1 Retenções	101.339,03	0,00
51.2 Conciliação Bancária	-992,40	0,00
52 (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	118.843,74	327,23

1) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

2) Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

3) Caput do artigo 212 da CF/1988

4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

6) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa.

7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE ALVES

Terça-feira, 29 de Janeiro de 2019

Ano III | Edição nº 363

Página 10 de 15

PREFEITURA MUNICIP PRESIDENTE ALVES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
Referência: Novembro - Dezembro/2018

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez 2018 (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	618.000,00	618.000,00	727.710,70	117,75
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	87.000,00	87.000,00	63.830,81	73,37
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	200.000,00	200.000,00	90.889,49	45,44
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	220.000,00	220.000,00	458.611,59	208,46
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	55.000,00	55.000,00	80.290,17	145,98
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	8.000,00	8.000,00	857,64	10,72
Dívida Ativa dos Impostos	35.000,00	35.000,00	19.605,91	56,02
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	13.000,00	13.000,00	13.625,09	104,81
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.250.000,00	13.250.000,00	13.080.630,01	98,72
Cota-Parte do FPM	8.000.000,00	8.000.000,00	7.671.289,30	95,89
Cota-Parte do ITR	50.000,00	50.000,00	300.887,68	601,78
Cota-Parte do IPVA	450.000,00	450.000,00	414.239,64	92,05
Cota-Parte do ICMS	4.650.000,00	4.650.000,00	4.637.046,03	99,72
Cota-Parte IPI-Exportação	50.000,00	50.000,00	37.236,56	74,47
Compensação Financeiras Provenientes de Impostos e Transf Constitucionais	50.000,00	50.000,00	19.930,80	39,86
Desoneração ICMS (LC 87/96)	50.000,00	50.000,00	19.930,80	39,86
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I+II	13.868.000,00	13.868.000,00	13.808.340,71	99,57

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez 2018 (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	575.000,00	1.015.000,00	1.090.800,97	107,47
Provenientes da União	453.000,00	893.000,00	278.816,03	31,22
Provenientes dos Estados	110.000,00	110.000,00	807.116,77	733,74
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	12.000,00	12.000,00	4.868,17	40,57
TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	575.000,00	1.015.000,00	1.090.800,97	107,47

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
DESPESAS CORRENTE	3.245.000,00	3.268.315,61	3.077.982,36	1.600,00	94,23
Pessoal e Encargos Sociais (inclui Patronal)	1.580.000,00	1.606.045,61	1.597.978,89	0,00	99,50
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.665.000,00	1.662.270,00	1.480.003,47	1.600,00	89,13
DESPESAS DE CAPITAL	35.000,00	343.000,00	168.413,00	159.800,00	95,69
Investimentos	35.000,00	343.000,00	168.413,00	159.800,00	95,69
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.280.000,00	3.611.315,61	3.246.395,36	161.400,00	94,36



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE ALVES

Terça-feira, 29 de Janeiro de 2019

Ano III | Edição nº 363

Página 11 de 15

PREFEITURA MUNICIP PRESIDENTE ALVES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
Referência: Novembro - Dezembro/2018

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Jan a Dez 2018 (h)	% (h/IVF) x 100	Jan a Dez 2018 (i)	% (i/IVF) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	563.000,00	843.170,00	741.237,12	21,75	581.437,12	17,91	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	563.000,00	843.170,00	741.237,12	21,75	581.437,12	17,91	0,00
TOTAL DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV-V)	2.717.000,00	2.768.145,61	2.666.558,24	78,25	2.664.958,24	82,09	161.400,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) – LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 19,31

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (VIh - (15 x IIIb)/100) 595.307,13

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	1.180,00	0,00	0,00	1.180,00	1.180,00
Inscritos em 2017	49.821,88	8.400,00	38.194,78	3.227,10	49.821,88
Total	51.001,88	8.400,00	38.194,78	4.407,10	51.001,88

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE ARTIGO 24, § 1º e 2º	DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (i)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em ...	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 E 26	RECURSOS VINCULADOS À DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limites não cumprido em ...	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.391], PREFEITURA MUNICIP PRESIDENTE ALVES

Portaria Nº 495 de 2017



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE ALVES

Terça-feira, 29 de Janeiro de 2019

Ano III | Edição nº 363

Página 12 de 15

PREFEITURA MUNICIPAL PRESIDENTE ALVES

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: Novembro - Dezembro/2018

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Jan a Dez 2018 (1)	% (1/total) x 100	Jan a Dez 2018 (m)	% (m/total) x 100	
Atenção Básica	3.243.000,00	3.543.315,61	3.346.299,89	98,20	3.184.899,89	98,11	161.400,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	22.000,00	7.000,00	5.825,47	0,17	5.825,47	0,18	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	15.000,00	61.000,00	55.670,00	1,63	55.670,00	1,71	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções(inclui contr. Patronal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.280.000,00	3.611.315,61	3.407.795,36	100,00	3.246.395,36	100,00	161.400,00

- 1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2) O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- 3) O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- 4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- 5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- 6) No último bimestre, será utilizada a fórmula $[(VI/(h+i)) - (15 \times IIIb) / 100]$.
- 7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE ALVES

Terça-feira, 29 de Janeiro de 2019

Ano III | Edição nº 363

Página 13 de 15

PREFEITURA MUNICIPAL PRESIDENTE ALVES

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

1 of 2

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2018/BIMESTRE Novembro - Dezembro

LRF, Art. 48 – Anexo 14

R\$ 1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS		Até o Bimestre		
RECEITAS			-	
Previsão Inicial			14.950.000,00	
Previsão Atualizada			16.329.123,84	
Receitas Realizadas			15.684.146,99	
Deficit Orçamentário			0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores/Utilizados para Créditos Adicionais			0,00	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS		Até o Bimestre		
DESPESAS			-	
Dotação Inicial			14.950.000,00	
Créditos Adicionais			1.379.123,84	
Dotação Atualizada			16.329.123,84	
Despesas Empenhadas			15.210.983,36	
Despesas Liquidadas			14.444.893,57	
Despesas Prazas			14.332.676,45	
Superavit Orçamentário			1.239.253,42	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas			15.210.983,36	
Despesas Liquidadas			14.444.893,57	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida			14.979.686,20	
RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Razime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Previdenciário			-	
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00	
Resultado Previdenciário			0,00	
Razime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Financeiro			-	
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00	
Resultado Previdenciário			0,00	
RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	Resultado Apurado até o Bimestre	% em Relação à Meta
		(a)	(b)	(b/a)
Resultado Nominal		-550.000,00	818.627,60	0,00
Resultado Primário		96.000,00	818.627,60	852,74

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.391], PREFEITURA MUNICIPAL PRESIDENTE ALVES

Portaria Nº 495 de 2017



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE ALVES

Terça-feira, 29 de Janeiro de 2019

Ano III | Edição nº 363

Página 14 de 15

PREFEITURA MUNICIPAL PRESIDENTE ALVES

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2 of 2

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2018/BIMESTRE Novembro - Dezembro

LRP, Art. 48 – Anexo 14

R\$ 1

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.541.538,13	80.585,79	817.769,51	643.182,83
Poder Executivo	1.541.538,13	80.585,79	817.769,51	643.182,83
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	190.230,87	23.000,00	151.643,19	15.587,68
Poder Executivo	190.230,87	23.000,00	151.643,19	15.587,68
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.731.769,00	103.585,79	969.412,70	658.770,51

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Máximo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	4.009.581,86	25,00	27,69
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Fundamental	510.309,29	60,00	82,16
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	946.409,74	141.058,06

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	2.666.558,24	15,00	19,31

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL(%)	0,00



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE ALVES

Terça-feira, 29 de Janeiro de 2019

Ano III | Edição nº 363

Página 15 de 15

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

CONTABILIDADE

RGF – RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – 3º QUADRIMESTRE/2018

PREFEITURA MUNICIP PRESIDENTE ALVES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2018

LRF, art. 48 – Anexo 6

83 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR
Receita Corrente Líquida	14.979.686,20
Receita Corrente líquida Ajustada	14.979.686,20

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	7.346.588,18	49,04
Limite Máximo (Incisos II e III, art. 20 da LRF)	8.089.030,55	54,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	7.684.579,02	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art.59 da LRF)	7.280.127,49	48,60

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	1.287.952,35	9,85
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	17.975.623,44	109,91

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.295.530,96	20,15

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	2.396.749,79	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.048.578,03	7,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.391], PREFEITURA MUNICIPAL PRESIDENTE ALVES

Portaria Nº 495 de 2017